

IGREJA: DISCURSO E AÇÃO PASTORAL

(Análise da reflexão religiosa sobre a questão urbana)

Irllys Alencar Firmo Barreira

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é ver como se constitui o discurso religioso a respeito da questão urbana e como esse discurso se materializa em práticas institucionais levadas a efeito pelas comunidades de base.

Nossa reflexão tomará por base as seguintes questões:

- 1 — Como se dá o processo de constituição do discurso religioso sobre a questão urbana (quais os conceitos básicos formulados e como eles se inter-relacionam)?
- 2 — Quais os elementos que informam o discurso religioso, ou seja, como o discurso religioso apropria-se de conceitos de outras instâncias discursivas, mais especificamente a sociologia marxista?
- 3 — Como se processa a transmissão do discurso através das práticas pastorais na periferia urbana?
- 4 — Qual a proposta da Igreja para a política urbana e quais os pontos de convergência com outras propostas vigentes na sociedade brasileira?

A amplitude das questões não implica que elas se esgotem aqui neste trabalho e por esse motivo algumas delas poderão ser tratadas em nível superficial.

Tomamos como referência fundamental para este trabalho: o documento publicado na 20.^a Assembléia Geral da CNBB sobre solo urbano e ação pastoral; a cartilha popular elaborada para a divulgação desse documento e algumas publicações da CNBB sobre o programa de pastoral urbana.

Será enfatizada também minha experiência pessoal de assessoria junto às pastorais da periferia de Fortaleza e participante junto a outros sociólogos da discussão com os bispos do Ceará do documento Solo urbano e ação pastoral, base de preparação da 20.^a Assembléia Geral da CNBB.

A validade de tomar a interpretação da Igreja sobre a questão urbana como algo unitário merece reflexão. Seria o documento da CNBB representativo do conjunto da Igreja? Até que ponto a unidade de pronunciamentos expressa apenas a representação que a Igreja faz de si para o público?

Se essa dúvida é válida para o conjunto da Igreja será mais ainda para o Nordeste onde a convivência de grupos comprometidos com a teologia de libertação e grupos portadores de uma prática mais tradicional é um fato patente. A própria discussão sobre o documento que tivemos oportunidade de acompanhar revelou ênfases diferentes sobre elementos "teológicos" ou elementos voltados para "interpretação e denúncia da realidade".

Entretanto, na medida em que a Igreja mantém um poder hierárquico capaz de legitimar os discursos da CNBB é possível se pensar numa certa unidade. Neste sentido concordamos com Pierucci: "Excusado dizer que o discurso (político social) que resulta dessas instâncias superiores tende a ser (via de regra mas nem sempre) amplo o suficiente para abrigar correntes várias e evitar cisões de fato, situando objetivos e programas no plano dos princípios gerais" (Pierucci, 1978: 11). A despeito da tentativa de manutenção da unidade, é possível distinguir publicações do "alto clero" de publicações em cartilhas? Para efeito de nossa discussão não constatamos diferenças entre o documento oficial da CNBB e sua versão na cartilha, tais quais as diferenças indicadas por Guilhon Albuquerque entre folhetos e cartas pastorais (Albuquerque, 1980 67).

O material que coletamos para caracterizar o "discurso religioso" inclui não só as publicações já citadas como cânticos, textos bíblicos etc. Na medida em que não estabelecemos uma discussão comparativa consideramos essas publicações dentro de uma mesma perspectiva de análise.

A IGREJA E O DISCURSO RELIGIOSO

Talvez não seja exagerado afirmar que a Igreja católica é uma das instituições mais discutidas nos dias atuais. Em contrapartida ela saiu da meditação silenciosa e "entrou no mundo". Entrou participando, debatendo questões, e, sobretudo, produzindo discursos expressos em cartilhas, cartas pastorais, documentos, cânticos, principalmente da teologia da libertação.

Embora não seja nosso objetivo situar o papel da Igreja nos vários momentos conjunturais, é importante chamar atenção para o fato de que em momentos diferenciados ela tem se voltado para uma opção de caráter popular. É importante lembrar o movimento de educação de base em 1961 e a criação posterior de grupos ligados JEC, JUC, JOC. A dissidência em 1962 com a criação de AP modifica a atuação da Igreja em termos de penetração popular. A opção pelos pobres a partir do Concílio Vaticano II representa uma nova fase da Igreja em um momento em que ela se constitui como único espaço de organização e mobilização política. Dotada de grande legitimidade, a Igreja torna-se a "voz dos que não têm voz" e nesse processo de mudança, discurso e práticas religiosas passam a ter novas características. Na medida em que a Igreja dos oprimidos concebe a necessidade de se lutar por uma vida melhor na terra, modifica-se o discurso religioso reformulando sua área de influência. Para "transformar" a realidade é preciso analisá-la e o saber teológico tradicional é por si só insuficiente para dar conta do "ver, julgar e agir". Da mesma forma, as práticas tradicionais que comandavam a ação individual foram reformuladas, e estabelecidas novas práticas pedagógicas capazes de produzir o novo cristão. É claro que esse processo ocorre através de modificações institucionais que implica hegemonia de grupos internos à Igreja.

Enquanto produtora do "novo discurso" foi necessário que a Igreja lançasse mão de novos conceitos emprestados de outras instâncias e sobretudo elaborasse novas estratégias de ação. As CEB's modificaram as tradicionais organizações em paróquias. Também o discurso mudou seu público. Ele se dirige aos pobres e oprimidos. Em mudando o público emergiram novas problemáticas. A questão não é só a fé, a salvação, a busca do reino do céu. De vistas para a terra, a Igreja vê o latifúndio, a exploração do trabalho, a crise nas cidades. Mas vê como? Como se caracteriza essa nova forma de ver, como se coaduna com as formas antigas e como se articula com as novas técnicas de conscientização? Enfim, qual a estratégia discursiva da Igreja?

Dentro dos limites deste artigo importa restringir essa questão atentando especificamente para a versão da Igreja sobre a realidade urbana. Acredito que delimitar um tema específico para se pensar o discurso religioso tem vantagens, como verificar certas peculiaridades nem sempre identificáveis em um nível de análise mais generalizante. Antes de entrar propriamente no assunto algumas palavras sobre como estamos considerando o discurso religioso e como enfatizamos metodologicamente essa temática.

Em primeiro lugar, a concepção de que não se pode pensar o discurso religioso numa perspectiva causal direta que supõe situação sócio-econômica e formação discursiva.

A explicação também passa pela caracterização interna da instituição, que nos diz que a Igreja não tem elemento reativo de forças que operam na sociedade, mas possui mecanismos e dispositivos próprios articulados e um sistema de representação (ver Romano 1979: 20). Também a existência de novos valores e regras de legitimidade irão influenciar o discurso.

Uma outra questão refere-se à perspectiva para se analisar o discurso religioso a partir de suas próprias regras de positividade. Considerá-lo como um Saber, significa não entendê-lo como portador de uma verdade ou, como querem algumas interpretações, considerá-lo como discurso que cada vez mais tenta retratar a realidade pelo uso de "métodos científicos de análise". A questão, portanto, não é ver se o discurso da Igreja sobre a problemática urbana traduz ou não a realidade cidadina, mas de que forma essa "realidade" é interpretada, e que requisitos são incorporados de outras instâncias discursivas para elaboração dessa interpretação.

Se a sociologia marxista serve hoje de base de apoio ao discurso que desceu do céu à terra, esse discurso para manter-se em sua unidade necessitou readaptar aqueles conceitos à sua lógica interna. Poderíamos por acaso pensar que o conceito de solo urbano do discurso religioso e da sociologia urbana tem o mesmo significado? "Uma frase dita na vida cotidiana, escrita em um romance, fazendo parte do texto de uma constituição ou integrando uma liturgia religiosa não constitui um mesmo enunciado" (Foucault, cit. por Machado, 1981: 169).

Importa pois em nosso caso, verificar como o discurso religioso sobre a questão urbana articula conceitos e tenta interpretar a cidade recriando esses conceitos dentro de uma lógica interna que passa necessariamente pela perspectiva teológica.

ANÁLISE DA IGREJA SOBRE A REALIDADE URBANA

O documento "solo urbano e ação pastoral" propõe-se a seguir a metodologia empregada em Puebla, na 3.^a Conferência do Episcopado Latino-Americano. Para tanto divide o documento em três partes:

- 1 — Situação do solo urbano no Brasil (ver)
- 2 — Elementos para uma reflexão ético-teológica (julgar)
- 3 — Pistas inspiradoras de uma ação concreta (agir).

A ênfase no solo urbano como um dos fatores que reflete os grandes problemas existentes na cidade guarda uma certa continuidade com documento anterior sobre o solo rural. Na referência à acelerada urbanização recorre-se à situação do campo como uma das causas de expulsão da população e conseqüente inchamento das cidades. A urbanização acelerada é vista como problema que tem nas últimas décadas afligido as principais cidades brasileiras, e vincula-se à acelerada redução de oferta de trabalho no campo e a expectativa de melhores oportunidades de vida na cidade.

Além da influência migratória, a rápida valorização do solo urbano, objeto de intensa especulação imobiliária, agrava a situação habitacional. Essa especulação se expressa na existência de estocagem de terrenos à espera de aumentos no preço do solo.

Dentro da mesma perspectiva utilizada no documento sobre solo agrícola, e solo urbano é classificado em solo de habitação — repartido desigualmente entre as diversas camadas sociais — e solos de especulação estocados e ociosos destinados a operações imobiliárias. Também a apropriação desigual do solo reproduz as desigualdades de renda e o Brasil é mencionado como exemplo mais catastrófico dessa situação não uniforme para todo território. O nordeste é colocado como concentrador de maior propriedade fundiária em relação ao centro-sul.

São inúmeros os fatores apontados que contribuem para valorização do solo urbano. A infra-estrutura urbana, rede d'água, luz, esgoto, os transportes coletivos, escolas, hospitais, comércio, lazer e as leis de zoneamento. Esses fatores interagem seja através de sua implantação em bairros já bem dotados, seja através de legislação que favorece a especulação imobiliária.

A esse conjunto de fatores causa, efeito o documento reporta-se à existência de uma "economia de mercado" responsável pela produção dessa situação.

A economia privilegia certos setores produtivos, gera desconfiança e faz com que os investimentos dirijam-se à especulação imobiliária. O modelo econômico articulado à economia internacional teria um duplo problema: incentivaria o privilégio externo e priorizaria a industrialização capitalista em detrimento de setores mais carentes. Se em determinados momentos grupos sociais vinculados ao capital imobiliário são responsáveis pelos problemas da cidade, em outros momentos o modelo econômico é tomado em seu conjunto e apontado como causador de prejuízos generalizados a todos os cidadãos. É um processo econômico que funciona como um jogo em que todos perdem. "Todos perdem com a redução da riqueza social produzida, embora os pobres sejam os mais sacrificados" (Solo urbano, p. 14).

A versão da Igreja sobre a questão urbana, como podemos observar, recupera um conjunto de fatores baseados em dados censitários e de observação da cidade. De maneira geral poderíamos dizer que o raciocínio que se traduz no "ver", articula esses fatores da seguinte maneira: situação no campo → urbanização → especulação imobiliária → problema habitacional.

Se no documento da CNBB sobre o solo agrícola identificam-se sujeitos sociais (proprietários rurais) como responsáveis pela concentração fundiária, os fatores sociais citados como problemáticos na cidade estão de certa forma desarticulados e isso faz com que seja difícil identificar causas ou sujeitos que ocasionam a desorganização urbana. De fato, ora os proprietários reproduzem a desigualdade, ora as empresas imobiliárias, ora o sistema de mercado ou o poder público.

A inter-relação de fatores postos em sentido genérico segundo o documento não pode ser interpretada somente pela complexidade da vida urbana. De fato, existe uma preocupação no documento em atribuir à crise um sentido genérico onde os aparentes ganhadores são também perdedores. "O ambiente social se deteriora pela escalada do crime, da violência, e do tráfico de drogas. Aumentam as cargas conflituais exacerbadas pelas frustrações coletivas. Um pequeno episódio pode detonar crises com reações em cadeia imprevisíveis (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 20).

A crise urbana pode então por vezes ser identificada como crise de um modo de vida que deteriora a cidade em seu conjunto. A reflexão ético-teológica complementa essa visão.

A REFLEXÃO ÉTICO-TEOLÓGICA: CIDADE DE DEUS E CIDADE DOS HOMENS

A cidade como criação de Deus e dos homens é o ponto de partida para a reflexão Ético-Teológica. Ela é vista como comunidade natural de atividades interdependentes, inconscientes e forçadas que devem transformar-se em atividades conscientes.

A percepção da cidade como possível espaço de convivência solidária é articulada à família, trabalho, propriedade e moradia. O trabalho é visto como um serviço para quantos habitam a cidade. "Todos os habitantes da cidade devem contribuir por seu trabalho para a prosperidade da mesma. Portanto, tem direito aos bens e serviços por ela proporcionado" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 26).

A cidade como centro organizador de atividades supõe um lar com moradia adequada, daí o uso do solo urbano surgir como condição e requisito indispensável à sobrevivência da família. "O acesso à moradia, por sua vez, está vinculado ao direito e ao dever do trabalho. Ensina João Paulo II, resumindo os ensinamentos da Igreja através dos séculos que "O trabalho constitui o fundamento sobre o qual se edifica a vida familiar que é um direito fundamental e uma vocação do homem" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 27).

É com base nesse raciocínio que a Igreja postula o direito de moradia sobre o direito de propriedade. "O direito natural à moradia tem primazia sobre a lei positiva que preside a apropriação do solo" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 28).

As dificuldades de realização de uma cidade cristã são classificadas em sócio-culturais, sócio-econômicas, sócio-políticas e dizem respeito à marginalização cultural, disparidade de condições econômicas e falta de participação política da população nas decisões governamentais.

O Tópico I, referente à situação do solo urbano e o II denominado reflexão ético-teológica resumem o discurso religioso sobre o urbano. Se bem possamos encontrar uma unidade entre o primeiro e segundo tópicos, percebe-se que na passagem do "ver" para o "julgar" os fatores componentes do discurso são de certa forma diferenciados, na medida em que a reflexão teológica reforça a noção de cidade como comunidade.

Talvez nesse momento pudéssemos indagar porque a reflexão teológica conduz a um discurso generalizante onde emergem certos elementos característicos da versão bíblica sobre a cidade. Segundo essa versão, a cidade é vista como local de

pecado, sinal de opressão do povo que se afastou de Deus. Se não vejamos: Caim traiu seu irmão e foi morar na cidade. A construção de Babel quer dispensar a presença de Deus entre os homens. Sodoma e Gomorra é o exemplo da cidade infiel e por isso castigada.

Se a concepção ético-teológica aproxima-se da versão bíblica como articula-se com os conceitos de propriedade. Estado, sistema de mercado, classe social etc.? Trata-se de uma contradição interna ao documento? Ou é possível existir uma unidade discursiva?

O uso da sociologia no discurso religioso como recurso analítico, já vem se dando segundo Romano, desde os anos 50, através da influência da teoria desenvolvimentista, sendo depois substituída pela teoria da dependência. "Os dados da teoria de dependência apresentam-se como sinais postos pela ciência como sinais objetivos da realidade social lidos pelo olhar teológico" (Romano, 1979: 34). O que se pode observar atualmente é a influência da teoria marxista como capaz de contribuir para a Igreja "ver" a realidade, e fazer uma opção pelos oprimidos.

Mas, até onde vai a analogia entre o discurso marxista e o religioso na versão sobre a questão urbana? Começaríamos pela noção de propriedade e direito ao solo urbano. A proposta do documento que enfatiza a primazia da moradia sobre o lucro imobiliário rompe com a idéia de propriedade como um dado absoluto. Estamos aí diante de uma ruptura com as antigas concepções sobre o direito de propriedade onde a noção de roubo, invasões adquire uma outra conotação. "Aquele porém que se encontrar em extrema necessidade tem direito a tomar, dos bens dos outros, o que necessita" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 28). Se na versão da Igreja sobre o uso da propriedade há um conteúdo social até onde poderíamos identificá-lo com o de propriedade dos meios de produção?

Parece-nos que essa identificação não é inteiramente possível, de vez que a contradição que coloca a Igreja — ao contrário da versão marxista — não está entre propriedade coletiva dos meios de produção e propriedade individual. Na medida em que Deus destinou a Terra para todos, todos têm o direito de possuir a propriedade individual. O que o discurso religioso parece querer afirmar é a primazia do uso comum sobre o direito à propriedade e não a eliminação desta última. "Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 25).

Outro ponto que parece importante para identificar os limites dessa analogia é a percepção de contradições sociais e o sistema econômico. Embora no discurso religioso os pobres e oprimidos da periferia e os especuladores e proprietários de terra pareçam traduzir a versão marxista de classes antagônicas, o discurso religioso parece, às vezes, querer evitar essa polarização como elemento de análise. "Todos perdem com a redução de riqueza social produzida, embora os pobres sejam os mais sacrificados" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 14).

O próprio conceito pobres e oprimidos é vago segundo Romano, (1979: 23), para identificar agentes sociais. "Pobres e oprimidos" pode significar grupos sociais perfeitamente determinados, como os posseiros em luta contra as companhias latifundiárias do interior de Mato Grosso ou de Goiás, ou os índios, cada vez mais reduzidos enquanto grupo étnico autônomo dentro da população brasileira, ou, ainda, entidades nacionais grandemente indeterminados como Povo, nas quais não se pode reconhecer imediatamente esta ou aquela classe social". Dessa forma, a noção de povo, vaga quanto à sua definição, não pode, portanto, ser identificada como classe, ainda mais se pensarmos que engloba os oprimidos, cuja extensão extrapola critérios econômicos.

Se a versão da Igreja das contradições sociais e sua ligação ao sistema econômico se faz a partir do conceito de lucro, despotismo econômico, etc., diríamos que há identificação das contradições como algo que foge à tendência natural do sistema. A contradição não é um elemento constitutivo e ontológico do sistema capitalista tal qual a versão marxista. A contradição é tudo que impede a normalidade de cidade. Nesse sentido, a própria divisão do trabalho, que segundo a versão marxista é causadora de conflitos, pode ser considerada natural sob a ótica do discurso religioso. "A cidade vive graças aos serviços prestados por essas populações, as quais, para sobreviver, assumem as tarefas mais rudes" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 30). Essas reflexões sobre a comparação entre o discurso religioso e o sociológico marxista não indicam que o discurso religioso estaria ou não distante da "realidade". O que queremos chamar atenção é para a dificuldade da tradução rigorosa do discurso sociológico marxista para o discurso religioso. Nesse caso, a percepção da divisão social do trabalho como natural aproxima-se da versão Durkheimiana sobre a sociedade como conjunto de atividades interdependentes. Além do mais, como conciliar a teoria de luta de classes com a versão cristã da fraternidade e união? Como conciliar a idéia

de propriedade dos meios de produção com a de bem comum e justiça social? Como pensar a fraternidade do espaço solidário na cidade e a apropriação da riqueza social?

A nosso ver, essa contradição aparente traduz a necessidade de manter a unidade do discurso religioso através dos princípios da fé do Evangelho. Isso explica a coexistência de conceitos próprios do liberalismo e conceitos da teoria marxista.

Nessa perspectiva, a versão sobre o urbano que fala da cidade como palco das contradições sociais e espaço de convivência solidária, que fala do homem genérico que sofre os malefícios da cidade, e os especuladores imobiliários, não pode ser vista como simplesmente contraditória.

Nossa impressão é que mesmo que os elementos de cunho social ou categorias do pensamento marxista sejam recuperados à luz da teologia, esta determina espaço e limites em que esses conceitos podem atuar. Existe, portanto, algo constitutivo do discurso religioso que impõe domínio à formulação de determinadas questões, algo que constitui a "unidade" e que permite ou exclui certos termos e teorias (Machado, 1982: 164).

A concepção da Igreja sobre justiça e bem comum e as saídas jurídicas para resolver os problemas da cidade são outros pontos importantes a serem discutidos: "não basta denunciar a realidade. É mister transformá-la à luz dos princípios e normas do Evangelho" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 35). A proposta transformada pode ser percebida em dois níveis: A partir do processo de conscientização da população e a partir de recursos jurídicos. O documento enfatiza a necessidade de uma reforma urbana que permita resolver as formas de destinação do solo urbano e propõe um Estatuto do solo urbano nos mesmos moldes do Estatuto do solo agrícola.

A relação entre poder público, Estado e problemas da cidade não é posta de forma clara. Os planos governamentais não são descartados e enfatiza-se o esforço no setor de transportes e abastecimento d'água.

Nesses termos, os problemas da urbanização, segundo o discurso religioso, podem ser interpretados em parte, como decorrentes da falta de controle do Estado sobre o desenvolvimento urbano. Para resolver esses problemas são necessárias reformas sociais capazes de controlar o ritmo de urbanização e impedir a carga conflitual que poderá assumir dimensão de uma "confrontação direta" (Doc. Solo Urbano e Ação Pastoral, p. 38). As reformas são vistas como possíveis soluções para evitar a radicalidade do conflito mas, há uma adver-

tência quanto ao fato de se pensar as reformas como solução definitiva: É importante se pensar em novos modelos de organização da cidade. Como, no entanto, conciliar o juridicamente possível com a mudança do modelo sócio-econômico?

Não há clareza no documento quanto à forma como se dará o processo de transformação. O importante a ser enfatizado é que os instrumentos jurídicos são colocados como importantes a curto prazo, embora não suficientes para resolver o problema. As reformas propostas são as seguintes:

1. Justa distribuição social do solo urbano.
2. Regularização de áreas de ocupação sem obrigação de pagamento do morador nas áreas ocupadas.
3. Urbanização de acordo com os recursos financeiros disponíveis em cada área.
4. Incentivos a soluções que adotam o mutirão ou autoconstrução.
5. Formação de loteamentos populares.
6. Apoio às associações comunitárias urbanas que executam projetos de urbanização.

As reformas supõem ainda o direito de moradia para todos e disciplina e controle no uso do solo urbano.

Observando-se as afirmações feitas sobre o solo urbano e moradia como direito de todos, qual o espaço ocupado pelos instrumentos jurídicos no discurso religioso?

Talvez pudéssemos afirmar que para além das "grandes transformações" que a Igreja supõe necessárias, há uma visão da justiça como elemento ordenador da sociedade. É necessário que se assegure o direito de moradia e justa distribuição do solo urbano para que se realize uma política humana de urbanização. Estando o direito e justiça vinculados ao bem comum, postos em prática, garantem a moradia e posse da terra.

Quando as soluções a nível dos instrumentos jurídicos e o próprio Estado não interferem eficazmente há ênfase na "justiça feita com as próprias mãos" como é o caso das invasões, mutirão e autoconstrução. Temos, pois, a solução da questão urbana colocada em vários níveis. Ou a própria população tenta, construindo suas casas e urbanizando sua área resolver o problema, ou aciona mecanismos e instrumentos jurídicos. As transformações de ordem estrutural, embora postas como necessárias, não são especificadas e a visão do imediato justifica a tomada de providência antes que aconteça a "radicalização do processo de mudança".

DISCURSO E AÇÃO EVANGELIZADORA

A ação evangelizadora constitui a técnica de levar a população urbana a "tomar consciência" de seus problemas e, portanto, tentar resolvê-los. O processo de conscientização ajusta-se às perspectivas de métodos adotados para as CEBs de maneira geral, que inclui a elaboração de cartilhas, criação de grupos de trabalho, discussão de problemas cotidianos, cânticos, etc. É em torno das CEBs que se elabora toda uma estratégia discursiva com interlocutores capazes de levar a mensagem ao povo.

Se até agora em nossa exposição temos enfatizado a interpretação do discurso religioso em seus aspectos mais "teóricos", tentaremos agora analisar como esse discurso é levado às periferias. Enfatizaremos então dois aspectos:

1. A quem o discurso religioso se dirige.
2. De que forma é transmitida a mensagem religiosa.

As justificativas da Igreja para a implantação da prática pastoral específica na cidade são várias. Em primeiro lugar a diminuição das relações pessoais da população citadina pela secularização, fato que obriga um processo maior de cristianização, a gravidade dos problemas urbanos e a necessidade em combatê-los para salvar a cidade do estado de pecado social (Doc. Propriedade e Uso do Solo Urbano, p. 105).

Dirigido aos pobres e oprimidos da periferia, o discurso religioso transmitido através das organizações de bairro contém algumas normas pedagógicas. Como resume Betto (1980: 30). "Reunidos num barraco de vila, na casa modesta de um barraco ou no salão paroquial os participantes fazem suas orações e cânticos e, em seguida, colocam seus problemas e dificuldades... Em torno das questões principais é que a reunião prossegue. Passa-se a julgar. Como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho. Alguém sugere uma passagem do Novo Testamento que, a seu ver, ilumina o tema em discussão. Todos ouvem em silêncio e, em seguida, fazem seus comentários. Desta relação ação de Jesus — nossa ação, entra-se na terceira parte: o agir, o planejamento, a forma concreta de enfrentar o problema."

Na forma de colocação do problema o Evangelho é sempre citado como exemplo. Nos intervalos os cânticos sempre adaptados à linguagem popular simbolizam, na maioria das

vezes, uma visão dualista de ricos e pobres que, talvez, pudéssemos identificar como reprodução das categorias de bem e mal.

“Do lado de lá cientistas
com seu diploma na mão
Do lado de cá analfabetos
assinados com dedão.
Do lado de lá as crianças
Não podem pisar no chão.
Do lado de cá elas deitam e rolam no poeirão
Do lado de lá dá o dedo
Vem o doutor, põe a mão.
Do lado de cá quebra o braço
Isso não é nada não.
Do lado de lá uma consulta
Basta mostrar um brasão
Do lado de cá é só na fila
parecendo procissão.”

Posterior ao momento da reflexão em que todos colocam os problemas de seu bairro é o agente pastoral encarregado de sistematizar as questões. Embora a valorização da participação democrática contenha em sua formulação a igualdade de direitos de opinião, o poder dos agentes pastorais é inquestionável enquanto portador da palavra de Deus. Ele então “traduz” os problemas do povo comparando com as passagens do Evangelho.

Ao final das reuniões a missa representa o fechamento das reflexões e sempre se enfatiza a continuidade entre oração e reflexão política. Durante a missa, cânticos, problemas, denúncias e esperanças reúnem-se na mesma oração.

As técnicas utilizadas nas reuniões que envolvem discussões onde todos falam e refletem conjuntamente representam segundo Lebauspain (1980: 192) uma proposta de organização popular inovadora e diferente das demais.

“Constituiu-se em espaço de discussão e de prática democrática: para os grupos mais da base, distante de iniciativas mais amadurecidas do movimento popular; para os grupos desprovidos de qualquer órgão de classe (trabalhadores em bargagens, centrais nucleares, etc.); para os grupos que desejam pensar e concretizar alternativas de organização e atuação (oposições sindicais, inter-fábricas, etc.). Nestes grupos e comunidades, os elementos de base podiam discutir em pé de

igualdade entre si, assim como eleger seus representantes, seus dirigentes, determinar as opções prioritárias etc."

"Os agentes que deram impulso à pastoral popular não levaram propostas políticas prontas, não levaram palavras de ordem, nem programas partidários. Com isso, a pastoral deu mais vez ao poder criador dos grupos populares. Os agentes se preocuparam em aprender com o povo, valorizando o saber popular, procurando que o trabalho de base fosse cada vez mais assumido e dirigido pela própria base." (Lebauspain 1980: 192-193).

Não é nosso objetivo verificar até onde essa afirmação traduz a atuação real da Igreja, mas pensamos que essa formulação defendida por alguns teólogos e repetida nas reuniões de bairro reflete tanto uma crítica à teologia tradicional como ao intelectual e ciência concebidas como "algo de fora".

A valorização da "experiência" e do saber popular indicam a supremacia da prática sobre a teoria. É nessa perspectiva que o discurso religioso constitui um afrontamento às organizações de bairro com maior experiência de politização partidária, valorizando os bairros onde o processo de reflexão sobre a realidade urbana encontra-se em fase inicial.

Há dessa forma, uma prioridade à "reflexão" e "conscientização" sobre a criação de entidades congregativas.

Gostaríamos agora de refletir sobre o poder de penetração e legitimidade do discurso religioso na sociedade através do uso de técnicas disciplinares.

A vinculação entre ciência leiga e pensamento teológico permite ao discurso religioso novas áreas de influência nos meios intelectuais e políticos. Por outro lado, a incorporação de novos elementos ao discurso religioso, como poderemos perceber, não é simplesmente a união de ciência e teologia. O processo de fusão implica a "permanência" de aspectos teológicos fundamentais à vigência institucional de Igreja.

O novo discurso voltado para a "realidade" dá à Igreja a capacidade de ser a voz dos que não têm voz e ela passa a ser a interlocutora e mediadora da fala popular. Como diz Romano (1979: 43): "Tudo se passa como se o poder político do discurso nascesse da união entre a *autenticidade* doada pelos dominados e o senso crítico trazido pela teologia. Deve-se ressaltar, também, que isto supõe uma fraqueza visceral dos dois elementos quando mutuamente isolados. A "fala" popular reduz-se ao silêncio, é indefesa, embora *em si* seja fonte de legitimidade; a condição para que seja audível é a mediação teológica, devendo ser recolhida e explicitada pela sabedoria eclesialística".

Talvez pudéssemos pensar que o discurso da opção pelos pobres restringisse a sua área de influência. Entretanto, na medida em que fala em nome de Deus, Justiça e Fraternidade há um elemento inconfundível que difere o discurso religioso dos demais discursos institucionais. Se a denúncia à apropriação das riquezas, do solo urbano, se faz acompanhar de apelos liberais à justiça, ao bem comum, à cidadania, é possível se pensar em um grau de influência que atinge não só os pobres e oprimidos, mas outros setores da sociedade. Por outro lado, se a última palavra e salvação está em Deus ou seus representantes diretos, estamos aí diante da verdade divina, inquestionável. "De fato, todas as vezes em que se menciona 'a igreja acha' ou se cita a Bíblia ou um texto dos papas e bispos, verifica-se que a igreja representa seu próprio papel como o de uma instância que revela a verdade divina sobre a política, que estabelece princípios, define o que é justo, define os direitos — tanto os direitos ditos humanos em geral, como os direitos legais — e, baseando-se nisso, ensina, explica, orienta e até dá diretrizes" (Albuquerque, 1980: 8).

É essa legitimidade que confere à Igreja o poder de falar "pelos pobres" na medida em que ela é povo de Deus está sedimentada em bases populares. Se em determinados momentos ela se encontrou distanciada é porque fugiu à sua própria essência.

É importante também ressaltar que, no momento em que a Igreja passa a valorizar o saber popular, essa perspectiva vai de encontro ao discurso atual de grupos políticos que enfatizam a necessidade de organização popular autônoma. Estamos também no momento em que no interior da própria ciência surge a formulação de teses que criticam o economicismo de certas análises (Cardoso, 1982: 54). Na verdade são diversas as correntes políticas e interpretações teóricas que tentaram resgatar esse "popular" que parecia esquecido não só pelas instituições autoritárias como também nos manuais.

Se nos momentos de dura repressão a Igreja conseguiu resgatar esse popular de forma integral, o surgimento de outras forças sociais provoca o conflito, interpretado por ela de forma bem peculiar. A própria versão que a Igreja faz dos novos partidos simboliza a imagem do povo unido até o momento em que se vê diante do obstáculo (novos partidos) e não sabe como transpor.

É enquanto técnica disciplinar que a Igreja tem possibilitado inovações principalmente a respeito da formulação de reivindicações. Além dos recursos pedagógicos que mencionamos

anteriormente, a ênfase nos problemas cotidianos torna possível a recuperação de uma série de elementos que se convencionou chamar "cultura popular". Ao invés de partir de questões mais "gerais", que tornariam difícil a compreensão de determinados problemas, parte-se de problemas imediatos: "O povo, num primeiro momento, mobiliza-se em função de seus interesses imediatos: água encanada, luz para o bairro, melhor transporte, custo de vida, loteamento clandestino, segurança no trabalho, etc." (Betto, 1978: 103).

Pela experiência que tivemos em algumas reuniões de bairro organizadas pela Igreja, o cotidiano de reivindicações imediatas conduz a uma participação intensa. A própria forma de teatralizar situações, possibilitando a versão do problema imediato, viabiliza essa participação.

Além disso, a ênfase em saídas imediatas seja a nível dos instrumentos jurídicos seja a nível de saídas localizadas, faz com que haja maior possibilidade de convergência entre o "pensamento popular" e religioso. As saídas imediatas nos bairros são cooperativas, farmácias, mutirões para construção de casas, etc.

Diante dessas questões poderíamos falar que a Igreja possibilita a emergência de um saber dominado, isto é, conjunto de saberes qualificados pela sociedade que incompetentes, porque se encontram abaixo do nível requerido de cientificidade? Na medida em que as práticas disciplinares e discursivas valorizariam o saber popular localizado, contra os discursos globalizantes da ciência ou das vanguardas políticas, não estaria sendo dado espaço para fazer emergir o saber dominado?

A resposta a essa questão seria afirmativa caso a Igreja não se autoneiasse como interlocutora da consciência popular, considerando-a até certo ponto, pura, sem movimento próprio. A própria reflexão que a Igreja faz sobre os movimentos populares, segundo percebemos no filme Fé e Política, valoriza somente os movimentos pós 64 no momento em que eles irrompem articulados a ela. O surgimento de posições políticas diversificadas e novas lideranças serviriam para romper a pureza do povo.

Em termos pedagógicos, passou-se da técnica confessional individual à reflexão coletiva. Entretanto, a autoridade da Igreja através de agentes pastorais continua representada. Na medida em que se instala um discurso de verdade (mesmo que os termos desse discurso sejam outros), desenrola-se um sistema de poder em que a presença do interlocutor julga, avalia, pune. Como Jesus agiria nessa situação? É a formulação de

uma questão que estabelece um regime de verdade e de poder.⁽¹⁾

Consideramos então que se as técnicas pedagógicas dão vez à emergência de saberes dominados, a tentativa de instituir esses saberes em um sistema unificado em que a Igreja seria a mediadora produziria também um saber generalizante. Nesse caso, o espaço de liberdade de fala dos oprimidos e de insurreição de saberes estaria limitado pela visão unitária do social (liberdade sem contradições) e pela própria teologia reveladora da verdade.

O desenrolar dessas questões depende não só da relação que se estabeleça entre “povo” e Igreja como também modificações que impliquem hegemonia de grupos internos à Igreja.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Documentos da CNBB n.º 23. Edições Paulinas. S. Paulo, 1982.
Solo Urbano e Ação Pastoral
- 2 — **Solo Urbano e Ação Pastoral** (Temas para aprofundamento nos grupos da base). Col. Vozes, Rio de Janeiro, 1982.
- 3 — Estudos da CNBB n.º 10 — Pastoral Social, **Edições Paulinas**, São Paulo, 1978.
- 4 — Estudos da CNBB n.º 22, **Pistas para uma pastoral urbana**. Edições Paulinas, S. Paulo, 1979.
- 5 — Estudos da CNBB n.º 30, **Propriedade e uso do solo urbano** (Situações, experiências e desafios pastorais). Edições Paulinas, S. Paulo, 1981.
- 6 — Perani, Cláudio — “Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular”. **Caderno do CEAS**, n.º 75. Salvador, outubro de 1981.
- 7 — Elias, Roseli — “CEBs: Movimento de Base: da igreja ou popular”? **Caderno do CEAS**, n.º 69, Salvador, outubro de 1980.
- 8 — Albuquerque, J. A. Guilhon — “Fé em Deus e Pé na Terra”. **Caderno do CEAS**, n.º 65, Salvador, fevereiro de 1980.
- 9 — Betto (Frei) — **O que é Comunidade Eclesial de Base?** Edit. Brasiliense, S. Paulo, 1981.
- 10 — Betto (Frei) — “Prática da Pastoral Popular”. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n.º 2, Rio de Janeiro, 1978.

1) Sobre a relação entre saber e poder ver, Michel Foucault: **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

- 11 — Lebauspain, Ivo — “A igreja católica e os movimentos populares urbanos”, **Religião e Sociedade** n.º 5, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- 12 — Cardoso, Ruth — “Comunidades Eclesiais”, **Novos Estudos Cebrap**, — Cebrap ed., S. Paulo, 1982.
- 13 — Machado, Roberto — **Ciência e Saber**. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1982.
- 14 — Foucault, Michel — **Microfísica do Poder**. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- 15 — Foucault, Michel — **História da Sexualidade**. Vol. I., Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1980.
- 16 — Pierucci, Antonio Flávio de Oliveira — “Igreja: contradições e acomodação (ideologia do clero católico sobre a reprodução humana no Brasil)”, **Cadernos Cebrap** n.º 30. Edit. Brasiliense, S. Paulo, 1978.
- 17 — Romano, Roberto — **Brasil: Igreja contra Estado** (crítica ao populismo católico). Ed. Kairós, S. Paulo, 1979.